

Agripino Souza Coelho Neto

Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF),

Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

agscneto@uneb.br

O debate da escala na Geografia Anglófona – 1990 a 2010: temas, abordagens e conteúdos

Resumo

O presente artigo objetiva recuperar alguns textos, conteúdos e discussões importantes sobre a escala, focalizando e organizando os densos, propositivos e mais recorrentes debates da literatura anglófona. Esses debates se concentram na natureza ontológica ou epistemológica da escala, propugnando a ideia de construção social da escala e erigindo a noção de políticas de escala. Pretende-se contribuir para a introdução e a difusão do potente debate anglófono no contexto geográfico brasileiro, valorizando a sua dimensão política e oferecendo um campo fértil de possibilidades para investigarmos as formas de espacialidade das sociedades.

Palavras-chave: Escala geográfica, Construção social da escala, Políticas de Escala.

Abstract

THE DISCUSSION ON SCALE IN ANGLOPHONE GEOGRAPHY: THEMES, APPROACHES, AND CONTENTS

This paper aims to recover some important texts, contents, and discussions about scale, focusing and organizing the dense, propositional, and most recurrent discussions in Anglophone literature. These discussions focus on the ontological or epistemological nature of the scale, defending the idea of the social construction of scale and building its political notion. It is intended to contribute to the introduction and dissemination of the powerful Anglophone discussion under the Brazilian geographical context, valuing its political dimension and offering a rich field of possibilities for investigating the societies' spatiality forms.

Key-words: Geographic scale, Social construction of scale, Scale policies.

1. Considerações Preliminares

Parece-nos que não há refutação para a tese de que a escala geográfica é uma categoria fundamental para a tarefa precípua do campo disciplinar da Geografia, isto é, apresentar uma leitura sobre a espacialidade do mundo. Contudo, a escala não recebeu a mesma atenção por parte dos geógrafos brasileiros, como ocorreu com os conceitos de espaço, de região, de paisagem, de território e de lugar.

Na Geografia brasileira, a escala geográfica permanece ainda hoje em uma condição lacunar, sobretudo no que se refere aos esforços mais substanciais de teorização. Há movimentos esparsos e pontuais de reflexão teórica, ou mesmo de sua apropriação como ferramenta teórica ou instrumental para a apreensão do real.

Alguns textos apresentaram sínteses sistemáticas dos debates mais proeminentes. Egler (1992) focalizou “as escalas da economia”, reconhecendo-as como fundamentais para a construção do raciocínio geográfico e espacial. Haesbaert (1993, 2002) refletiu sobre as escalas espaço-temporais, defendendo a necessidade de se pensar as escalas geográficas em sua relação indissociável com o tempo, articulando as dimensões espacial/geográfica e temporal/histórica da realidade. Castro (1995) centrou-se na natureza epistemológica da escala, recuperando alguns debates: a distinção entre escala cartográfica e escala geográfica, a escala como problema metodológico e a escala como estratégia de apreensão da realidade. Santos (1996) acionou a escala para pensar os eventos em sua relação com o tempo e com o espaço, considerando a “escala de origem” e a “escala do impacto” ou de realização dos eventos. Santos (1996, 2005) também operou com a escala para pensar a dialética global-local, preconizando a existência conflituosa e interdependente de uma razão global e uma razão local. Silveira (2004) considerou crucial uma noção de tempo, sobretudo dos tempos nos lugares como a base para pensar a construção de uma noção de escala geográfica. Melazzo e Castro (2007) problematizaram a escala como noção e como conceito, considerando que uma teoria da escala geográfica para pensar a estruturação do espaço requer apreender os resultados das disputas e das relações de poder.

Alguns textos apresentaram proposições de classificação das escalas. Davidovich (1978) desenvolveu um esquema geral do sistema urbano

brasileiro, trabalhando com a ideia de escalas de urbanização, pois elas “[...] podem ser assumidas como expressão espacial de diferentes dimensões do processo de urbanização no país” (p. 57). Souza (2013) apresentou uma didática e operacional proposta de classificação das escalas geográficas, reconhecendo as escalas local (microlocal, mesolocal e macrolocal), regional, nacional e internacional (grupos de países e global), destacando os conteúdos políticos e sociais que as atravessam.

Outros textos tematizaram o urbano, a urbanização e o planejamento urbano. É o caso de Bahiana (1986, p. vii-viii) que, orientando-se pelo pressuposto da existência de diferentes níveis de realidade urbana, esboçou “uma proposta de entendimento da organização do espaço urbano segundo níveis de realidade diferentes, incorporando saberes, dimensões e práticas específicos a cada nível e sua relação com os demais níveis do espaço urbano”. A escala esteve dispersa em algumas obras de Souza (2002, 2006), em especial naquelas que se ocupam do planejamento e da gestão das cidades, comparecendo na análise das escalas dos ativismos urbanos e na leitura da dimensão espacial dos processos participativos. Corrêa (2007) refletiu sobre a diferenciação socioespacial, considerando suas relações com a escala conceitual e as práticas espaciais. Correa (2011) também sintetizou algumas reflexões sobre a escala para pensar os agentes sociais e a produção do espaço, considerando que as relações sociais e as práticas espaciais mudam quando se altera a escala espacial da ação humana.

Em um movimento mais recente na geografia brasileira, que guarda determinado alinhamento temático e conceitual, Santos (2011), Coelho Neto (2013, 2017, 2021) e Grandi (2021, 2023) enfatizam em suas abordagens a dimensão política da escala, analisando a espacialidade da ação social. Santos (2011, p. 134) tratou da espacialidade da ação social, admitindo que as escalas podem ser pensadas como “[...] ordenadores da percepção de posições no mundo”, pois a lógica escalar é mobilizada pelos “[...] movimentos como instrumento de hierarquização de sujeitos nas disputas pela definição dos rumos da ação social”. Coelho Neto (2013, 2017, 2021) analisou a construção de política de escalas das ações coletivas, considerando a “escala local e a construção de solidariedades comunitárias”, a “escala regional e a produção de horizontalidades socioespaciais” e a “multiescalaridade, políticas de escala e a conformação de estratégias-rede”. Grandi

(2021) reuniu problematizações sobre a escalaridade, sistematizando-as em torno (i) da forma, (ii) da natureza e (iii) da organização das escalas geográficas. Grandi (2023) trata a dimensão escalar como uma construção sócio-histórica e política, envolvendo (i) a escala como categoria da prática socioespacial cotidiana, (ii) a imbricação de duas lógicas espaciais (zonal e reticular) e (iii) o papel da escalaridade como instrumento de exercício de poder.

Após estas considerações preliminares, que apontam a direção dos principais debates da escala na geografia brasileira, a segunda seção destina-se a sintetizar o núcleo do debate na geografia humana anglófona, apontando os temas, as abordagens e os conteúdos mais proeminentes. Este movimento permitiu identificar que, em grande medida, a produção anglófona se concentrou no debate sobre a “construção social da escala” e as “políticas de escala”, focalizadas, respectivamente, na terceira e na quarta seções. Ao final, são reunidos apontamentos conclusivos sobre a produção anglófona.

Reconhecemos a existência de contribuições importantes para o debate sobre escala em outros contextos nacionais anglófonos (e em outros idiomas). No entanto, a opção pelo debate da escala na geografia anglófona produzida em países como EUA e Reino Unido se dá pela densidade e pelo volume das discussões, especialmente pelo pioneirismo e pelo desenvolvimento do debate sobre a ideia de ‘construção social da escala’ e sobre a noção de ‘políticas de escala’, ambos objetos de tratamento destacado neste artigo. Pretende-se com isso (sem desconsiderar os investimentos realizados em outros contextos nacionais), contribuir para a introdução e a difusão do potente debate anglófono no contexto geográfico brasileiro, valorizando sua dimensão política e oferecendo um campo fértil de possibilidades para investigarmos as formas de espacialidade das sociedades.

O recorte temporal delimitado, 1990 a 2010, assume como ano inicial o momento em que Neil Smith cunha a expressão “políticas de escala”, no prefácio da segunda edição da obra “Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço” (escrito em 1990). A partir do início da década de 1990, Smith e diversos outros autores anglófonos publicaram diversos textos teorizando sobre o papel das escalas geográficas. O debate sobre a “produção social da escala” e “políticas de escala” foi denso na

década de 1990, mas encontrou desdobramentos importantes até a primeira década do século XX, refletindo sobre a forma como a produção de escala está implicada na produção do espaço.

Os textos selecionados para apreciação neste artigo atenderam a três critérios principais: textos com estudos de caso que ajudaram a teorizar sobre a escala geográfica; textos que discutem e teorizam sobre a construção social da escala; e textos que discutem e teorizam sobre políticas de escala. Os textos analisados foram acessados nos sítios das revistas em que foram publicados, no Portal de Periódicos da CAPES e em buscas no Google Acadêmico.

Este texto resulta de uma extensa pesquisa bibliográfica, no âmbito do projeto “Ação Coletiva e Territorialidade: decifrando o comportamento socioespacial das associações comunitárias rurais no Espaço Sisaleiro da Bahia”, cujo esforço teórico se deu em torno de uma tríade conceitual: territorialidade, estratégia-rede e políticas de escala.

2. O debate da escala na geografia anglófona: abordagens, temas e conteúdos

Em franco e evidente contraste com a tímida produção geográfica brasileira, a escala é objeto de robusta reflexão teórica, assim como de variados estudos de caso na geografia anglófona. Segundo McMaster e Sheppard (2004, apud MOORE, 2008, p. 204, tradução nossa¹), antes da década de 1970, o tratamento conferido à escala pela geografia assumia um viés mais operacional e metodológico, voltado para “[...] identificar os níveis espaciais em que os processos especificados operavam; e determinando os níveis ótimos da pesquisa”. A partir dos anos 1970, geógrafos com inspiração na economia política marxista investiram teoricamente na escala, ressaltando sua dimensão política. Os interesses centrais foram, segundo Moore (2008), a construção de escalas, o reescalamento e as políticas de escala. Marston, Jones e Woodward (2005) situam esse denso movimento de reflexão e teorização da escala a partir da década de 1980, confrontando-o, fundamentalmente, com as concepções prevalentes na geografia regional e na ciência espacial.

Como recurso de método e sistematização, podemos organizar grandes eixos que prevaleceram na literatura anglófona: (i) textos que apresentaram propostas de classificação de escalas; (ii) textos com estudos de caso que ajudaram a teorizar sobre a escala geográfica; (iii) textos com discussões e proposições teóricas e metodológicas, problematizações e diálogos críticos; (iv) textos que debatem a natureza epistemológica ou ontológica da escala; (v) textos que discutem e teorizam sobre a construção social da escala; e (vi) textos que discutem e teorizam sobre políticas de escala.

Sobre o primeiro eixo, observamos que, desde o início da década de 1980, alguns textos apresentaram propostas de classificação de escalas. Esse é o caso de Taylor (1982), que formula um modelo reconhecendo três estruturas de escala: a microescala, no nível urbano, equivalendo ao domínio da experiência; a mesoescala, no âmbito do Estado-nação, refletindo a esfera da ideologia; e a macroescala, no nível global, que equivale à escala da realidade. Dois anos depois, Smith (1988 [1984]), elucidando as escalas espaciais de operação do capital, sugere também três escalas análogas a Taylor: a escala urbana, que seria aquela em que o capital encontra sua mais “perfeita expressão geográfica” (p. 204); a escala global na qual se observa a estratégia de universalidade do capital; e a escala do Estado-nação, produto político determinado “[...] por uma série de acordos históricos, por compromissos e por guerras” (p. 205). Peck (2010), examinando e teorizando sobre as economias políticas de escala, propõe pensar em relações escalares que envolvem a escala do indivíduo, do lar, da comunidade, do local/subnacional, do nacional e do global, cada uma com suas relações, seus conteúdos e seus significados.

Na década de 1990, diversos autores publicaram textos com estudos de caso que ajudaram a teorizar sobre a escala (segundo eixo). Essa foi uma empreitada realizada por Miller (1994), analisando as estratégias do movimento pela paz em Cambridge (Massachusetts, EUA), explorando as diferentes estruturas políticas a nível local e central (nível do Estado), buscando afirmar sua agenda antinuclear.

Adams (1996) examinou os protestos estudantis na China em 1989, os protestos filipinos contra o regime de Ferdinand Marcos na década de 1980 e os protestos pelos direitos civis das décadas de 1950/1960 no sul dos EUA. Esses casos revelaram como os atores políticos são capazes de

construir suas próprias ideias e ideologias sobre a escala e influenciar o equilíbrio de poder na sua luta contra a opressão.

Agnew (1997) analisou o papel dos partidos políticos como atores centrais na “política de escala” na Itália na década de 1990. Ilustrado pelo caso italiano, o autor argumenta que os partidos políticos desempenham papéis fundamentais no processo de construção de escala em todas as democracias eleitorais.

Brenner (1997), partindo do contexto da globalização e da reestruturação territorial do Estado, desenvolve um estudo sobre as políticas de planejamento urbano e regional na República Federal da Alemanha (RFA) entre 1960-1990, diagnosticando mudanças nos alvos espaciais (regiões e cidades), revelando como a escala da organização socioespacial capitalista é periodicamente reconfigurada.

Leitner (1997) focalizou as tensões entre os Estados-nação decorrentes da atribuição de responsabilidades em face das novas instituições governamentais gestadas no âmbito da União Europeia (UE), concluindo que grupos nacionalistas que operam em várias escalas ajudaram a construir um quadro de imigração na escala supranacional por meio de “[...] um processo complexo e multifacetado de cooperação intergovernamental” (p. 139, tradução nossa²).

Herod (1998 apud MARSTON, 2000) examinou o trabalho da Associação Internacional dos Estivadores, desvelando como os sindicatos negociaram contratos nacionais, regionais e locais, buscando garantir maior proteção aos trabalhadores. O autor mostrou como as lutas sobre a escala de negociação de contratos podem ocorrer e como isso foi crucial para conformar a nova geografia da indústria estivadora nos EUA.

Muitos textos foram dedicados às discussões e às proposições teóricas e metodológicas, debatendo a natureza epistemológica ou ontológica da escala, apresentando problematizações e estabelecendo diálogos críticos entre os autores anglófonos. Não nos propomos recobrir a vasta literatura que caminha nesta direção, mas recuperamos alguns textos que revelam a amplitude e a diversidade do debate.

Jonas (1994), em um provocativo texto no editorial da revista *Society and Space*, discute a política de escala da espacialidade, sintetizando o debate sobre escala na geografia humana, indicando sua presença na vida

cotidiana e na política. Informa o modo como a escala é apropriada pela teoria crítica e como ela integra o repertório dos geógrafos para “[...] pensar sobre a mudança e sobre as mudanças na geometria do poder das relações humanas de subordinação e dominação” (p. 263, tradução nossa³).

Para pensar a política de escala e sua construção social, Cox (1998, p. 2, tradução nossa⁴) propõe os conceitos de espaços de dependência e espaços de engajamento. Os espaços de dependência são definidos e caracterizados pelas “[...] relações sociais mais ou menos localizadas, das quais dependemos para a realização de interesses essenciais e para as quais não existem substitutos noutros lugares”. Os espaços de engajamento ocorrem em uma “[...] escala mais global do que o espaço de dependência, de acordo com a ideia de ‘salto de escalas’”.

Jones (1998), remetendo-se fundamentalmente às reflexões de Cox (1998), reconhece a existência de teorizações que apontam a possibilidade de pensar a escala como quadro epistemológico para apreensão da espacialidade político-social. Neste sentido, questiona a escala como uma estrutura ontológica e a considera uma estrutura epistemológica, uma forma de conhecer. Entretanto, considera que a escala, como “tropo representacional”, implica também a possibilidade do estabelecimento de relações de poder que beneficiam alguns grupos sociais, mas que prejudicam outros.

Em um texto problematizador, Brenner (2001) aponta os limites da escala, alertando sobre os riscos do elastecimento do conceito e de sua utilização para uma gama variada e crescente de fenômenos. Conclusivamente, o autor propõe onze hipóteses metodológicas para a investigação de processos de estruturação escalar, concebendo-a como uma dimensão dos processos socioespaciais, como a produção capitalista, a reprodução social, a regulação estatal e o consumo.

Swyngedouw (2004, 2010) joga com os termos “globalização” e “glocalização”, refletindo sobre o processo pelo viés das redes, dos territórios e do reescalamento. Discute a globalização como ideologia e como prática, ponderando sobre a realidade mítica do global. O autor examina o processo de “glocalização” e a promoção da reconfiguração e da escala por meio da dialética do “reescalamento” das redes econômicas e das territorialidades da governança.

Marston, Jones e Woodward (2005) admitem que o conceito de escala na geografia humana foi profundamente transformado a partir de meados da década de 1980. Criticam a concepção hierárquica prevalente, sugerindo uma ontologia plana composta de relações espaciais complexas e emergentes, cuja tarefa pode ser alcançada pela substituição do cálculo estruturalista pela linguagem dos fluxos e da fluidez.

Moore (2008), em um artigo inspirador do ponto de vista teórico-metodológico, propôs a necessidade de distinção entre a escala como categoria de análise e a escala como categoria da prática. Tematiza a escala como socialmente construída e os riscos de reificação, a categorização de escalas e as práticas de classificação, os raciocínios e a cognição espacial, os projetos e práticas de escala e a variabilidade da escalaridade.

Chapura (2009) examinou as contribuições dos chamados geógrafos radicais a respeito do status teórico da escala. Em uma perspectiva diferente de Jones (1998), o autor advoga que a escala deve ser entendida como uma categoria ontológica essencial para a compreensão da causalidade, com inspiração na revalorização do pensamento aristotélico, considerando a causalidade, a complexidade e a emergência.

O debate nuclear que inaugura o texto de Blakey (2020) se remete à tensão ou à disputa entre as concepções de escala como ontológica, ou seja, um dado fundamental do mundo, ou escala como epistemológica, isto é, uma forma de pensar sobre o mundo. O autor recomenda uma abordagem estética e dissensual inspirada em Rancière, como uma possibilidade frutífera para considerar conceitos do “senso comum” que funcionam para ordenar o espaço e evitar “[...] os riscos do reducionismo ontológico, permanecendo sensível às políticas emergentes” (p. 636, tradução nossa⁵).

Contudo, o debate mais recorrente envolve um vasto conjunto de textos que discutem e teorizam sobre a construção social da escala e a política de escalas. O debate sobre a construção social da escala foi tematizado por Taylor (1982, 1993), Smith (1984, 1993), Herod (1991) e Agnew (1993), que ofereceram importantes *insights* para sua teorização. Os estudos de caso de Miller (1994), Adams (1996), Agnew (1997), Leitner (1997), Brenner (1997) e Herod (1998) oferecem pistas e combustível fundamentais para a teorização sobre a construção social da escala.

Herod (1991) argumentou que a escala geográfica é produzida socialmente por meio da resolução de processos de cooperação e competição entre grupos sociais. O autor analisou o contexto geográfico das relações laborais dos EUA no século XX, defendendo “[...] que a conceptualização de uma política de produção de escala fornece a base teórica necessária para começar a desvendar as relações entre diferentes escalas geográficas” (p. 82, tradução nossa⁶). Delaney e Letner (1997) debateram a perspectiva construcionista da escala, apontando diversos textos, suas contribuições e delineando as questões mais proeminentes, sob o argumento de que a escala geográfica pode ser conceitualizada como uma construção social, não como algo ontologicamente dado. Marston (2000) recuperou os estudos de caso mais proeminentes, assim como os debates teóricos, refletindo sobre o feminismo doméstico norte-americano no século XIX, destacando a importância das relações de reprodução social e consumo. Brenner (2001) sintetizou os principais eixos do debate da produção social da escala, formulando uma severa crítica ao texto de Marston (2000), mas, também reconhecendo as contribuições da perspectiva construcionista para teorização da escala geográfica.

A ideia da política de escalas se sustenta no pressuposto de que as escalas são construções sociais e políticas. O conceito foi proposto por Smith (1984) e encontrou vigoroso desenvolvimento posterior na geografia anglófona. Swyngedouw (1997) advogou que as configurações escalares contêm e regulam as relações sociais, viabilizando a reprodução social, que se substantiva por meio dos conflitos e das tensões. Para o autor, as escalas se metamorfoseiam, sendo objeto de contestação e de compromissos que derivam da negociação.

Smith (2002), pensando as políticas de escala, traçou um panorama sobre o “giro geográfico”, alinhando-se à ideia da redescoberta do espaço na teoria social crítica (Soja, 1993 [1989]). Para Smith, o “giro geográfico” orientou-se para a busca de formas de expressar a diferença e a diversidade, assim como a fragmentação e a dissociação, portanto, as escalas geográficas são fundamentais para pensar a diferença espacial. Jamie Peck (2010) discutiu as economias políticas de escala, orientado por uma perspectiva relacional de escala, que deriva da concepção relacional de espaço e se alinha com ela. Operou também com a ideia das construções sociais da

escala, sujeitas a acordos e controvérsias periódicas. Blakey (2020) discutiu a política de escala sob a inspiração do pensamento político de Jacques Rancière, em particular, de sua abordagem estética em relação ao problema do reducionismo ontológico da escala, realizando um diálogo com Taylor (1982) e Smith (1984).

Diante do denso e vasto debate na geografia humana anglófona, que já perdura quarenta anos, identificamos dois grandes eixos que atravessam e se fazem presentes no debate. Trata-se dos debates sobre a concepção da construção social da escala e sobre a noção da política de escalas. Esses eixos guiarão nossos passos e organizarão a estrutura fundamental das duas próximas seções.

3. Da construção social da escala

Como verificamos na seção precedente, desde a década de 1980, ocorre um investimento crescente na literatura geográfica anglófona, que tematiza, problematiza e teoriza sobre a construção social da escala. Marston (2000) demarca que, a partir do início da década de 1990, os geógrafos humanos têm demonstrado mais interesse pela teoria social, dedicando-se à reflexão sobre as “[...] formas como a produção de escala está implicada na produção do espaço” (p. 219, tradução nossa⁷).

Smith (2008), no prefácio da segunda edição (escrito em 1990) da obra “Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço”, reconhece explicitamente as formas de organização escalar das sociedades e a natureza da produção social da escala:

Sociedades diferentes produzem uma escala geográfica integrada com a produção do espaço. Enquanto dispomos de um modesto conjunto de linguagens para discutir diferenças históricas, somos pobres em conceitos quando se trata de diferenças geográficas. A escala, de fato, é a forma mais elementar de diferenciação espacial, desde a demarcação da casa até a do globo (SMITH, 2008, p. 229, tradução nossa⁸).

Delaney e Leitner (1997) e Marston (2000) admitem as contribuições de diversos estudos para o desenvolvimento da perspectiva construcionista social da escala. Esses são os casos dos textos já mencionados na seção precedente, a exemplo de Taylor (1982, 1993), Smith (1984, 1993), Herod

(1991, 1998), Agnew (1993, 1997), Miller (1994), Adams (1996), Leitner (1997) e Brenner (1997).

A densidade do debate anglófono sobre a escala, mais marcadamente no âmbito da geografia política, da geografia econômica e da geografia urbana, tem se ocupado do exame de um conjunto de processos que têm alterado a organização escalar da espacialidade, a exemplo da globalização, das mudanças nas relações globais-locais, da reterritorialização da regulamentação do trabalho, da crise do Estado-providência keynesiano e da reestruturação urbano-regional (BRENNER, 2001). Um dos focos mais recorrentes são a análise da reestruturação do capitalismo engendrada pela crise da década de 1970 e a conformação do processo de globalização e seus impactos e implicações para a construção das escalas geográficas (MARSTON, 2000).

Smith (1988 [1984]) examinou a produção de escalas pelo capital, considerando-as como não dadas, mas como resultado da produção do espaço no capitalismo, respondendo a uma dialética entre diferenciação e igualização geográficas que conformam um padrão de desenvolvimento desigual. O autor considerou a produção de três escalas espaciais pelo capitalismo: a escala urbana, a escala global e a escala do Estado-nação. Para Smith (1988 [1984], p. 201), a escala urbana responde a um processo de diferenciação efetivado pelo movimento de centralização do capital. A escala internacional é um produto da tendência global de igualização, também de interesse da acumulação do capital. A escala do Estado-nação, por sua vez, deriva das necessidades da circulação do capital, determinada politicamente por acordos, por compromissos e por guerras. Smith (1988 [1984]) considera que o papel da escala do Estado-nação no capitalismo é proteger os interesses coletivos do capital de uma nação, regulando e assegurando a manutenção da classe trabalhadora.

Brenner (1997) considera a globalização um processo complexo, organizado em torno de intervenções estatais, produzindo profundas implicações territoriais. Assim, a globalização significou uma reestruturação da economia mundial, realizada por meio do redimensionamento do poder territorial do Estado, que teve como papel organizar as bases espaço-temporais do sistema econômico. Brenner (2001) considera que, a partir da década de 1980, um projeto neoliberal foi levado a efeito, promovendo

um ataque às escalas de regulação sociopolítica, criando novas hierarquias escalares nas quais a mobilidade dos capitais, a mercantilização e as relações de mercado ocorrem intensa e irrestritamente, comandadas pela lógica da competição.

O cerne da ideia que sustenta a perspectiva construcionista reside na concepção de que a escala geográfica é socialmente construída, não ontologicamente dada *a priori*, mas, uma vez construída, ela produz implicações na constituição dos processos sociais, econômicos e políticos (DELANEY; LEITNER, 1997). Neste sentido, o pressuposto basilar e prevalente rejeita a concepção da escala como uma categoria ontologicamente dada como um quadro hierárquico preordenado para organizar o mundo, como nos casos de pensar hierarquicamente as escalas local, regional, nacional e global. Ao invés disso, considera-se que as escalas geográficas são resultados contingentes das “[...] tensões que existem entre as forças estruturais e as práticas dos agentes humanos” (MARSTON, 2000, p. 220, tradução nossa⁹).

Um número significativo de geógrafos anglófonos tem envidado esforços para teorizar sobre a natureza processual da escala, buscando compreender as formas como as configurações escalares estão sendo reorganizadas, reformuladas e redimensionadas em um contexto de reestruturação global, nacional e local (BRENNER, 2001). Neste sentido, os geógrafos têm se ocupado com a compreensão sobre as formas como as escalas particulares são construídas e transformadas em resposta à dinâmica socioespacial (MARSTON, 2000).

Longe de serem neutras e fixas, portanto, as escalas geográficas são produtos de atividades e relações econômicas, políticas e sociais; como tal, são tão mutáveis quanto esses próprios relacionamentos. No mínimo, diferentes tipos de sociedade produzem diferentes tipos de escala geográfica para conter e permitir formas específicas de interação social (SMITH, 1995, p. 60-61, tradução nossa¹⁰).

Segundo identifica Marston (2000), muitos textos produzidos a partir dos anos 1990 encontram inspiração no pensamento de Henri Lefebvre, buscando teorizar sobre a construção social da escala sustentada pela perspectiva da produção do espaço, este concebido como um produto social.

As diferentes sociedades não produzem apenas espaço, como Lefebvre nos ensinou, elas também produzem a escala. A produção de escala pode ser a diferenciação mais elementar do espaço geográfico e é, em sua extensão, um processo social. Não há nada ontologicamente dado sobre a divisão tradicional entre lar e localidade,

escala urbana e regional, nacional e global. A diferenciação das escalas geográficas estabelece e é estabelecida através da estrutura geográfica das interações sociais. Com um conceito de escala como produzido, é possível evitar, por um lado, o relativismo que trata a diferenciação espacial como um mosaico e, por outro lado, evitar a reificação e a divisão acrítica de escalas que reitera um fetichismo do espaço (SMITH, 2002, p. 141, tradução nossa¹¹).

Marston (2000), em um esforço de síntese da literatura, reconhece três princípios fundamentais que constituem a compreensão mais geral da construção social da escala. O primeiro princípio considera que a escala “[...] não é simplesmente um fato externo à espera de ser descoberto, mas uma forma de enquadrar concepções da realidade” (DELANEY; LEITNER, 1997, p. 94-95, tradução nossa¹²). Smith (1992) reforça esta acepção de que nada está ontologicamente dado acerca da tradicional divisão que envolve o lar e a localidade, assim como as escalas urbana e regional, nacional e global. Em síntese, declara o autor, que são as estruturas geográficas das interações sociais que estabelecem as escalas.

O segundo princípio evoca a ideia de que as escalas construídas são formas específicas de enquadramentos, contendo natureza tangível, e que apresentam consequências materiais. Portanto, a construção de escalas não pode ser concebida apenas como uma prática retórica, uma vez que suas consequências estão inscritas na vida cotidiana e resultam das estruturas sociais.

O terceiro princípio considera que os enquadramentos de escala podem ter consequências retóricas e/ou materiais, pois “[...] são frequentemente contraditórios e contestados e não são necessariamente duradouros” (MARSTON, 2000, p. 221, tradução nossa¹³). Conclusivamente, Marston (2000) reforça a ideia basilar de Smith (1988 [1984]), argumentando que a construção em escala “[...] é um processo político, endêmico ao capitalismo, cujo resultado está sempre potencialmente aberto a futuras transformações” (p. 221).

Brenner (2001) identifica três eixos de questões que formam exatamente os três componentes estruturais da teoria de escala de Marston (2000), envolvendo (i) o desenvolvimento desigual do capital e a geografia da localização industrial, (ii) as mudanças geográficas do poder estatal, da regulação política e da identidade sociopolítica e (iii) as estruturas e estratégias organizacionais dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais.

Parece existir um aparente consenso a respeito dos componentes estruturais de uma teoria de escala, incluindo o papel do Estado, do capital e dos atores políticos não estatais, a exemplo dos trabalhadores, dos partidos políticos e dos ativistas políticos, que operam conformando interações sociais (MARSTON, 2000). Nesta mesma perspectiva, Delaney e Leitner (1997) recomendam a investigação dos contextos, dos atores, das estratégias, das manobras, dos desafios e das ideologias, que, em conjunto, compõem um quadro de análise mais completo sobre a construção política de escala.

Segundo Marston (2000), a produção de Smith na década de 1990 (portanto, em textos posteriores à publicação do livro “Desenvolvimento Desigual”, de 1984), amplia o repertório de sua teoria da escala, passando a incorporar outras forças para além das relações de produção capitalistas. Neste movimento de ampliação, Smith (1992) defende a incorporação da subjetividade na teorização da construção da escala, considerando a negociação entre a diferença e as diferentes posições de sujeito, pois a “[...] posicionalidade é o produto da disputa e da negociação em torno de fronteiras socialmente demarcadas” (MARSTON, 2000, p. 232, tradução nossa¹⁴).

Marston (2000), em um texto dedicado fundamentalmente à teorização sobre a produção social da escala, recomenda que as relações de reprodução social e de consumo devem ser objeto de teorização. A reprodução social é definida pela reprodução das relações sociais que alimentam o capitalismo, mas envolve as bases materiais sobre as quais a vida social se sustenta. Neste sentido, a reprodução social incorpora a infraestrutura física (a prestação de serviços, a construção de escolas e as estradas, por exemplo), mas também a infraestrutura social, física, cultural e emocional de pequena escala do agregado familiar em que a força de trabalho é reproduzida diariamente (p. 233).

Além do lar como local de reprodução social, é necessário também reconhecer esta escala como aquela em que as práticas de consumo capitalistas também estão inseridas. O lar, como local de processos sociais a nível micro, é especialmente complexo na medida em que envolve não apenas relações de reprodução social, de reprodução biológica e de consumo, mas, em alguns casos, pode também incluir relações de produção econômica, em que a casa é, ao mesmo tempo, um espaço de trabalho remunerado e não remunerado e um espaço de moradia (MARSTON, 2000, p. 233-234, tradução nossa¹⁵).

Marston (2000) se apoiou empiricamente no exame do feminismo doméstico norte-americano no século XIX, concentrando-se na “escala do agregado familiar” como local onde ocorrem as interações entre as complexas relações de produção, reprodução social e consumo. O aspecto seminal da contribuição da autora consiste em considerar o papel fundamental das relações de reprodução social e de consumo na teorização sobre a construção social da escala.

4. Das políticas de escala

Os partidos políticos organizam-se a si próprios e às suas mensagens através das formas como dividem e ordenam o espaço. As fronteiras que traçam, por mais provisórias e contingentes que sejam, definem as escalas geográficas que canalizam e limitam seus horizontes políticos (AGNEW, 1997, p. 118, tradução nossa¹⁶).

O fragmento reproduzido acima expressa e sintetiza, de modo inequívoco, as estratégias dos partidos políticos empreendendo políticas de escala. Poderíamos estender e considerar que essas estratégias também são adotadas pelo capital, pelos sindicatos, pelas associações, pelas cooperativas e pelos movimentos sociais. Swyngedouw (1997, p. 560, tradução nossa¹⁷) elucida as políticas de escala das organizações sindicais do seguinte modo:

[...] sindicatos nacionais são formados por meio de alianças e de cooperação de movimentos de menor escala, e é necessário manter perpetuamente um equilíbrio delicado entre a promessa de poder resultante da organização nacional e a luta competitiva, que deriva das lealdades locais e da luta interlocal.

Herod reconheceu que não é apenas o capital que está a refazer as escalas, mas também o trabalho. Neste sentido, os sindicatos identificaram suas vantagens e desvantagens em termos geográficos e manipulam a escala para fortalecer suas posições e negociação (MARSTON, 2000).

Os exemplos das práticas escalares dos partidos políticos e dos sindicatos nacionais, ilustrados por Agnew (1997) e Swyngedouw (1997), respectivamente, permitem-nos concluir que pensar as políticas de escala pressupõe considerar as escalas como construções sociais conflitivas, que podem ser criadas, organizadas, manipuladas e acionadas como trunfos políticos. Nesta perspectiva, a ideia de políticas de escala sustenta-se no

pressuposto de que as escalas são histórica e socialmente construídas, portanto, devem ser consideradas como construções histórico-geográficas mutáveis, uma vez que resultam da contestação e da luta sociopolítica. É importante reconhecer que os mais variados agentes sociais desenvolvem comportamentos espaciais, elaborando políticas, discursos e desenvolvendo práticas escalares, pois, “[...] os seres humanos produzem e fazem efetivas suas próprias escalas para alcançar suas metas e organizar seus comportamentos coletivos” (HARVEY, 2000, p. 108).

A expressão “políticas de escala” foi cunhada por Neil Smith no prefácio da segunda edição da obra “Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço” (escrito em 1990), ampliando a abordagem da produção da escala. A partir da década de 1990, Smith publicou diversos textos teorizando sobre o papel das escalas geográficas como estruturas para uma ampla gama de atividades e lutas sociais, envolvendo a acumulação de capital, a regulação estatal, as relações de gênero, as mobilizações de oposição e de construção de identidade subjetiva (SMITH, 1992, 1993, 1995).

Com Smith (1992, p. 66, tradução nossa¹⁸), a dimensão política da escala geográfica é ressaltada, uma vez que ela “[...] define as fronteiras e delimita as identidades em torno das quais o controle [político] é exercido e contestado”. Smith (2008) considera que a escala expressa ideologias espaciais, como o nacionalismo, o localismo e o regionalismo, reproduzindo algumas formas de racismo e de xenofobia. Neste sentido, arremata que

A produção e a representação da escala, portanto, estão no centro de uma política espacializada, mesmo que em grande parte do discurso político esta luta espacial esteja frequentemente implícita em discussões sobre nomenclatura e nomeação de lugares, tanto quanto explícita nas lutas de fronteiras (SMITH, 2008, p. 230, tradução nossa¹⁹).

A sociedade e os mais variados atores sociais, em sua ação política, constroem discursos, narrativas e práticas escalares, desenvolvendo políticas de escala. Segundo Delaney e Leitner (1997), diversos estudos (TAYLOR, 1982, 1993; SMITH, 1992, 1993; AGNEW, 1993; HEROD, 1991) revelaram que os discursos e ações que conformam as políticas de escala constituem ingredientes fundamentais da forma como os sujeitos sociais criam, revisam e vivem dentro de um conjunto complexo de relações de poder.

Desse modo, Swyngedouw (1997, p. 557, tradução nossa²⁰) decreta que a construção da escala espacial é um processo profundamente heterogêneo, conflitante e contestado, sendo que a “[...] escala e as articulações de escala tornam-se uma das arenas e momentos em que as relações de poder socioespaciais são contestadas e os compromissos são negociados e regulados”.

Apoiando-se na noção de geometrias do poder de Doreen Massey, Swyngedouw (1997, p. 558, tradução nossa²¹) considera que as escalas são produzidas como respostas aos impasses temporários numa luta de poder socioespacial perpétua, transformadora e, até, em certos casos, transgressora. Nesta perspectiva, as “[...] lutas alteram a importância e o papel de certas escalas geográficas, reafirmam a importância de outras e, por vezes, criam escalas significativas inteiramente novas [...]”, promovendo redefinições nas escalas que alteram e expressam mudanças na geometria do poder social.

A luta socioespacial e a estratégia política, portanto, giram frequentemente em torno de questões de escala, e as mudanças nos equilíbrios de poder estão frequentemente associadas a uma profunda rearticulação de escalas ou à produção de uma “gestalt de escala”, totalmente nova (SWYNGEDOUW, 1997, p. 576-577, tradução nossa²²).

Nas situações de redefinições do papel e da importância da escala ou nos casos de criação de alianças escalares, Smith (1993) denomina o processo de “salto de escala” (*jumping scales*), em que os agentes sociais se elevam hierarquicamente para a próxima escala. Estes casos ocorrem com o alargamento ou a contração dos objetos no espaço (SWYNGEDOUW, 1997) ou quando as “[...] reivindicações políticas e o poder estabelecido em uma escala se estendem para outra” (MOORE, 2008, p. 209, tradução nossa²³).

Brenner (2001), com o propósito de sistematizar o debate, mas alertando sobre o risco de simplificar a complexa e multifacetada discussão que ganhou densidade a partir da década de 1990, identifica dois grandes significados que podem ser atribuídos à noção de políticas de escala, inscrevendo um conjunto de autores/estudos em cada grupamento de significados, destacando o foco das abordagens.

O primeiro sentido, que Brenner (2001, p. 599, tradução nossa²⁴) chama de singular, “[...] denota a produção, a reconfiguração ou a contestação de algum aspecto da organização socioespacial dentro de uma

arena geográfica relativamente limitada [...]”, reconhecida como local, urbano, regional, nacional e global. Esta perspectiva indicaria uma unidade geográfica relativamente diferenciada e autofechada, sendo a escala “entendida essencialmente como uma fronteira que separa a unidade em questão – seja um lugar, uma localidade, um território ou qualquer outra forma espacial – de outras unidades ou localizações geográficas”.

Brenner (2001) situa nesta perspectiva alguns trabalhos e autores: Cox e Mair (1991), com a análise da localidade como estrutura social localizada e a localidade como agente; Paasi (1991), teorizando sobre os quatro estágios e desvelando a institucionalização de regiões; Agnew (1997) e sua análise do papel dos partidos políticos como atores da política de escala na Itália na década de 1990; e Marston (2000) e sua análise das políticas de escala que se configuram nos agregados familiares, examinando o feminismo doméstico norte-americano no século XIX. Nestes casos, segundo Brenner (2001, p. 599, tradução nossa²⁵), o foco tem se concentrado no exame dos “[...] diversos processos sócio-históricos por meio dos quais uma forma espacial particular [...] é estabelecida como uma unidade diferenciada de organização e atividade socioespacial, conflito, luta, discurso e/ou imaginação”. Essa unidade geográfica pode ser um agregado familiar, um lugar, uma localidade, uma região ou uma nação.

No segundo sentido, identificado por Brenner (2001, p. 600, tradução nossa²⁶), considerado plural, “[...] a noção de uma política de escala refere-se à produção, à reconfiguração ou à contestação de diferenciações, ordenações e hierarquias particulares entre escalas geográficas”. Nesta perspectiva, a política de escala não se reduz apenas à produção de unidades espaciais diferenciadas, mas considera também, “[...] sua inserção e posicionalidade em relação a uma infinidade de unidades espaciais menores ou maiores dentro de uma estrutura geográfica multicamada e hierarquicamente configurada”.

O referente aqui é, portanto, o processo de escalonamento por meio do qual múltiplas unidades espaciais são estabelecidas, diferenciadas, hierarquizadas e, sob certas condições, reajustadas, reorganizadas e calibradas umas em relação às outras. Aqui, então, a escala geográfica é entendida principalmente como uma modalidade de hierarquização e rehierarquização por meio do qual os processos de diferenciação socioespacial se desenrolam, tanto material como discursivamente (BRENNER, 2001, p. 600, tradução nossa²⁷).

Para Brenner, essa seria a perspectiva de Swyngedouw (1992) acerca da acumulação flexível como um reescalonamento “glocal” do espaço político-econômico; de Smith (1997), refletindo sobre a nova configuração escalar produzida pela globalização e pelo desenvolvimento desigual mundial; e de Herod (1997), examinando a produção de novas escalas geográficas de negociação de contratos na indústria costeira da costa leste dos Estados Unidos durante o período pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Brenner (2001, p. 600, tradução nossa²⁸), o foco desses estudos concentrou-se nas “[...] mudanças nas relações organizacionais, estratégicas, discursivas e simbólicas entre uma série de escalas geográficas entrelaçadas”, destacando o impacto das ramificações dessas “[...] transformações interescares para as representações, significados, funções e estruturas organizacionais de cada uma dessas escalas”.

5. Considerações finais

O conjunto de reflexões desenvolvidas neste texto aponta a densidade e a robustez do debate sobre escala na geografia humana anglófona, cujo movimento serviu para alargar as possibilidades desta categoria para realizar a leitura da espacialidade do mundo, marcadamente valorizando a dimensão política da escala. Os estudos focalizaram o papel das escalas geográficas como estruturas para uma ampla gama de atividades e lutas sociais, envolvendo a acumulação de capital, a regulação estatal, as relações de gênero, as mobilizações de oposição e as práticas das ações coletivas.

A escala foi intensamente acionada para compreender a economia política do capitalismo e seu papel na construção de escalas. Muitos estudos focalizaram o processo de globalização e a reestruturação da economia mundial, tendo como foco a produção da escala pelo capital. A escala também foi apropriada para compreender o redimensionamento do poder territorial do Estado, no sentido de organizar as bases espaço-temporais do sistema econômico, assim como o papel da escalaridade como instrumento de exercício de poder.

A escala, com a amplitude e o alargamento teórico que a geografia humana anglófona realizou, permitiu compreender o papel de diversos

agentes sociopolíticos na construção de políticas de escala, a exemplo das estratégias escalares dos partidos políticos, dos sindicatos, das ações coletivas, manifestadas por meio de protestos e movimentos sociais.

A concepção de escalas como construções sociais conflitivas, processuais e dinâmicas que expressam relações de poder, nos sugere, inapelavelmente, dirigir nossa atenção para as ações dos sujeitos sociais, identificando seus interesses e aspirações, buscando compreender suas ações, estratégias, políticas e discursos.

Em síntese, consideramos que o movimento de “politização” da escala pela geografia humana anglófona, derivado do investimento em teorização que a economia política marxista realizou, ampliando o horizonte operacional e metodológico da escala e ressaltando e valorizando sua dimensão política, oferece um campo fértil de possibilidades para investigarmos as formas da espacialidade das sociedades.

Notas

- 1 Tradução livre de: “[...] identifying the spatial levels at which specified processes operated; and determining the optimal levels of research” (MCMASTER; SHEPPARD, 2004 apud MOORE, 2008, p. 204).
- 2 Tradução livre de: “[...] a complex, multi-layered process of intergovernmental cooperation” (LEITNER, 1997, p. 139).
- 3 Tradução livre de: “[...] to think about change and about the changing power-geometry of human relations of subordination and domination” (JONAS, 1994, p. 263)
- 4 Tradução livre de: “[...] more global scale than the space of dependence, as per the idea of ‘jumping scales’” (COX, 1998, p. 2).
- 5 Tradução livre de: “[...] the risks of ontological reductionism and remaining sensitive to emergent politics” (BLAKEY, 2020, p. 636).
- 6 Tradução livre de: “[...] that conceptualising a politics of the production of scale provides the necessary theoretical basis to begin to unravel the relationships between different geographic scales” (HEROD, 1991, p. 82).
- 7 Tradução livre de: “[...] ways in which the production of scale is implicated in the production of space” (MARSTON, 2000, p. 2019).
- 8 Tradução livre de: “Different societies produce geographical scale integral with the production of space. Whereas we have a modest set of languages for discussing historical difference, we are concept-poor when it comes to geographical differences. Scale, in fact, is the most elemental form of spatial differentiation, from the demarcation of the home to that of the globe” (SMITH, 2008, p. 229).
- 9 Tradução livre de: “[...] tensions that exist between structural forces and the practices of human agents” (MARSTON, 2000, p. 220).

- 10 Tradução livre de: "Far from neutral and fixed, therefore, geographical scales are the products of economic, political and social activities and relationships; as such, they are as changeable as those relationships themselves. At the very least, different kinds of society produce different kinds of geographical scale for containing and enabling particular forms of social interaction » (SMITH, 1995, p. 60-61).
- 11 Tradução livre de: "Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también producen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. No hay nada ontológicamente dado sobre la división tradicional entre hogar y localidad, escala urbana y regional, nacional y global. La diferenciación de las escalas geográficas establece y se establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales. Con un concepto de escala como producido, es posible evitar por una parte el relativismo que trata la diferenciación espacial como un mosaico, y por otra evita la reificación y la acrítica división de escalas que reitera un fetichismo del espacio" (SMITH, 2002, p. 141).
- 12 Tradução livre de: "[...] is not simply an external fact awaiting discovery but a way of framing conceptions of reality" (DELANEY; LEITNER, 1997, p. 94-95).
- 13 Tradução livre de: "[...] are often contradictory and contested and are not necessarily enduring" (MARSTON, 2000, p. 221).
- 14 Tradução livre de: "[...] positionality is the product of contest and negotiation around socially demarcated boundaries [...]" (MARSTON, 2000, p. 232)
- 15 Tradução livre de: "In addition to the household as a site of social reproduction, it is also necessary to recognize this scale as one where capitalist consumption practices are also entrained. The household, as the site of micro-level social processes, is an especially complex one in that it involves not only relations of social reproduction, biological reproduction and consumption, but in some cases it may also include relations of economic production, where the home is both a paid and unpaid work space and a living space" (MARSTON, 2000, p. 233-234).
- 16 Tradução livre de: "Political parties organize themselves and their messages in through the ways in which they divide and order space. The boundaries may be, define the geographical they draw, tentative and contingent scales that channel as they and limit their political horizons" (AGNEW, 1997, p. 118).
- 17 Tradução livre de: "[...] national unions are formed through alliances and co-operation from lowerscale movements, and a fine balance needs to be perpetually maintained between the promise of power yielded from national organization and the competitive struggle that derives from local loyalties and inter-local struggle" (SWYNGEDOUW, 1997, p. 560).
- 18 Tradução livre de: "[...] defines the boundaries and bouds the identities aroud which control is exerted an constested" (SMITH, 1992, p. 66).
- 19 Tradução livre de: "The production and representation of scale therefore lie at the center of a spatialized politics even if in much political discourse this spatial struggle is often implicit in arguments over nomenclature, naming places, as much as explicit in boundary struggles" (SMITH, 2008, p. 230).
- 20 Tradução livre de: "'Scale' and 'scale articulations' become one of the arenas and moments where socio-spatial power relations are contested and compromises are negotiated and regulated" (SWYNGEDOUW, 1997, p. 557).
- 21 Tradução livre de: "These struggles change the importance and role of certain geographical scales, reassert the importance of others, and sometimes create entirely new significant scales" (SWYNGEDOUW, 1997, p. 558).
- 22 Tradução livre de: "Socio-spatial struggle and political strategizing, therefore, often revolve around scale issues, and shifting balances of power are often associated with a profound rearticulation of scales or the production of an altogether new 'gestalt of scale'" (SWYNGEDOUW, 1997, p. 576-577).

- 23 Tradução livre de: “[...] political claims and power established at one geographical scale are extended to another” (MOORE, 2008, p. 209).
- 24 Tradução livre de: “[...] denotes the production, reconfiguration or contestation of some aspect of sociospatial organization within a relatively bounded geographical arena” e “[...] scale is understood essentially as a boundary separating the unit in question – be it a place, a locality, a territory or any other spatial form – from other geographical units or locations” (BRENNER, 2001, p. 599).
- 25 Tradução livre de: “[...] diverse sociohistorical processes through which a particular spatial form [...] is established as a differentiated unit of sociospatial organization, activity, conflict, struggle, discourse and/or imagination” (BRENNER, 2001, p. 599).
- 26 Tradução livre de: “[...] the notion of a politics of scale refers to the production, reconfiguration or contestation of particular differentiations, orderings and hierarchies among geographical scales ” (BRENNER, 2001, p. 600).
- 27 Tradução livre de: “The referent here is thus the process of scaling through which multiple spatial units are established, differentiated, hierarchized and, under certain conditions, rejigged, reorganized and recalibrated in relation to one another. Here, then, geographical scale is understood primarily as a modality of hierarchization and rehierarchization through which processes of sociospatial differentiation unfold both materially and discursively” (BRENNER, 2001, p. 600).
- 28 Tradução livre de: “[...] on the shifting organizational, strategic, discursive and symbolic relationships between a range of intertwined geographical scales” e “transformations for the representations, meanings, functions and organizational structures of each of those scales” (BRENNER, 2001, p. 600).

Referências

- ADAMS, Paul C. Protest and the scale politics of telecommunications. **Political Geography**, v. 15, n. 5, p. 419-441, 1996.
- AGNEW, John. Representing space: space, scale and culture in social science. In: DUNCAN, J.; LEY, D. (Org.). Place, culture, representation. London: Routledge, 1993. p. 251-271.
- AGNEW, John. The dramaturgy of horizons: geographical scale in the ‘reconstruction of Italy’ by the new Italian political parties 1992-95. **Political Geography**, v. 16, n. 2, p. 99-121, 1997.
- BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. **Contribuição ao estudo da questão da escala na geografia**: escalas em geografia urbana. 1986. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- BLAKEY, Joe. The politics of scale through Ranciere. **Progress in Human Geography**, v. 45, n. 4, p. 623-640, 2020.

BRENNER, Neil. State territorial restructuring and the production of spatial scale: urban and regional planning in the Federal Republic of Germany, 1960-1990. **Political Geography**, v. 16, n. 4, 273-306, 1997.

BRENNER Neil. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 4, p. 591-614, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CHAPURA, Mitch. Scale, causality, complexity and emergence: rethinking scale's ontological significance. **Trans Inst Br Geogr**, n. 34, p. 462-474, 2009.

COELHO NETO, Agripino Souza. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. 2013. 428 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

COELHO NETO, Agripino Souza. Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no espaço sisaleiro da Bahia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 41, p. 40-53, 2017.

COELHO NETO, Agripino Souza. **A Geograficidade das Ações Coletivas: Rede, Política de Escalas e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In: CARLOS, A. F. et al. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

CORREA, Roberto Lobato. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.

COX, Kevin e MAIR, Andrew. From localised social structures to localities as agents. **Environment and Planning A**, v. 23, n. 2, p. 197-214, 1991.

COX, Kevin R. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, ore looking for local politics. **Political Geography**, v. 17, n. 1, p. 1-23, 1998.

DAVIDOVICH, Fany. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 40, n. 1, p. 51-82, 1978.

DELANEY, David; LEITNER, Helga. The political construction of scale. **Political Geography**, v. 16, n. 2. p. 93-97, 1997.

EGLER, Claudio Antonio G. As escalas da economia: uma introdução à dinâmica territorial da crise. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 53, n. 3, p. 229-245, 1992.

GRANDI, Matheus da Silveira. Problematizações contemporâneas sobre a escalaridade: forma, natureza e organização das escalas geográficas. **GEOgraphia**, Niterói, v. 23, n. 50, p. 1-18, 2021.

GRANDI, Matheus da Silveira. **Escala e Geografia**: politização da escala geográfica e luta no movimento sem-teto. Rio de Janeiro: Consequencia, 2023.

HAESBAERT, Rogério. Escalas espaço-temporais: uma introdução. **Boletim Fluminense de Geografia**, ano 1, n. 1, p. 31-51, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

HEROD, Andrew. The production of scale in US labour relations. **Area**, v. 23, n. 1, p. 82-88, 1991.

HEROD, Andrew. Labor's spatial praxis and the geography of contract bargaining in the US east coast longshore industry, 1953-89. **Political Geography**, v. 16, n. 2, p. 145-169, 1997.

HEROD, Andrew. The geostrategies of labor in post-cold war eastern Europe. In HEROD, A. (Ed.). **Organizing the landscape**: geographical perspectives on labor unionism, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1998. p. 45-74.

JONAS, Andrew E. G. The scale politics of spiality. **Society and Space**, v. 12, n. 3, p. 257-264, 1994.

JONES, Katherine T. Scale as epistemology. **Political Geography**, v. 17, n. 1, p. 25-28, 1998.

LEITNER, Helga. Reconfiguring the spatiality of power: the construction of a supranational migration framework for the European Union. **Political Geography**, 16, n. 2, 123-44, 1997.

MARSTON, Salie; JONES, John Paul; WOODWARD, Keith. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 30, p. 416-32, 2005.

MARSTON, Salie. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MELAZZO, Everaldo Santos; CASTRO, Cloves Alexandre. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 23, v. 2, n. 29, p. 133-142, Ago./Dez. 2007.

MILLER, Byron. Political empowerment, local-central state relations, and geographically shifting political opportunity structures. **Political Geography**, v. 13, n. 5, p. 393-406, 1994.

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 2, p. 203-225, 2008.

PAASI, Anssi. Deconstructing regions: notes on the scales of spatial life. **Environment and Planning A**, v. 23, n. 2, p. 239-256, 1991.

PECK, Jamie. Economías políticas de escala: políticas rápidas, relaciones interescales y *workfare* neoliberal. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010. p. 77-120.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, Edusp, 2005.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SILVEIRA, María Laura. Escala geográfica: da ação ao império? **Terra Livre**, Goiânia, ano 20, v. 2, n. 23, p. 87-96, Jul.-Dez., 2004.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: Natureza, Capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 [1984].

SMITH, Neil. Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geographical scale. **Social Text**, v. 33, p. 55-81, 1992.

SMITH, Neil. Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J. et al. (Org.). **Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change**. London and New York: Routledge, 1993.

SMITH, Neil. Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe. In: ESKELINEN, H. and SNICKARS, F. (Ed.). **Competitive European peripheries**. Berlin: Springer, 1995. p. 59-74.

SMITH, Neil. The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s. **Public Culture**, v. 10, n. 1, p. 169-192, 1997.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 127-145, jul./dez. 2002.

SMITH, Neil. **Uneven Development: Nature, Capital, and the Production of Space**. Third Edition. London: The University of Georgia Press, 2008.

SOJA, Eduard, W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1993 [1989].

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo L. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da Pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SWYNGEDOUW, Erik. The Mammon quest: 'Glocalisation', interspatial competition and the monetary order: the construction of new scales. In: DUNFORD, M. and KAFKALAS, K. (Ed.). **Cities and regions in the new Europe**. London: Belhaven Press, 1992. p. 39-68.

SWYNGEDOUW, Erik. Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, Roger and WILLS, Jane (Ed.). **Geographies of economies**. London: Arnold, 1997. p. 551-581.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or 'glocalisation'? Networks, territories and rescaling. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 17, n. 1, p. 25-48, 2004.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. (Org.). **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010. p. 47-75.

TAYLOR, Peter J. A materialist framework for political geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 7, n. 1, p. 15-34, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/621909>. Acesso em: 02 mai. 2024.

TAYLOR, Peter J. **Political Geography**: World Economy, Nation State and Locality. 3rd edn. Hadow: Longman, 1993.

Recebido em 15/01/2025

Aceito em 26/03/2025

